

## Fazer do PSOL semente para um novo projeto para a esquerda brasileira

Esta tese, dirigida ao 7º Congresso Nacional do PSOL, é assinada pelos coletivos **Insurgência, Maloka Socialista, Rebelião, Resistência, Subverta, Carmen Portinho e militantes independentes.**

### Uma catástrofe se abate sobre o mundo

1- A humanidade sobrevive há mais de um ano e meio sob os efeitos de uma enorme catástrofe sanitária com raiz nos desequilíbrios ecológicos provocados pelo capitalismo. O coronavírus faz convergir e agudiza, num mesmo momento histórico, múltiplas crises que já se desenvolviam: a crise ecológica, a crise econômica de um neoliberalismo que ainda não havia se recuperado do baque de 2008, a crise política da burguesia internacional – dividida entre o projetos de direita neoliberal clássica e o novo projeto neofascista em ascensão. E a luta geopolítica pela hegemonia no sistema entre o agora “velho” imperialismo estadunidense e novas potências, seja global, como a China, sejam regionais, como a Rússia. É como se acelerasse o relógio da História, abrindo uma situação nova, substancialmente diferente daquele mundo desenhado no início dos anos 90 do século XX.

2- Apesar de todas as conferências e acordos internacionais, a devastação das condições de vida na Terra segue em curso. A alteração profunda do clima do planeta, a redução acelerada da biodiversidade, o desmatamento, o envenenamento do ar, da água e da terra, a sobrepesca, as monoculturas transgênicas, continuam a avançar. Resta muito pouco tempo para evitar transformações irreversíveis. A corrida dos capitalistas por lucros máximos a curto prazo continua a se impor sobre os interesses da vida.

### Mudança no comando imperial

3- Nesse contexto turbulento, a derrota eleitoral de Donald Trump foi um sério revés para o projeto da ultra-direita em todo o mundo, embora não elimine a tendência ao desenvolvimento desta extrema-direita. A alta participação eleitoral alcançada, resultante da revolta antirracista e na militância democrática de centenas de milhares, impediu que Trump continuasse a desafiar o resultado. A derrota de Trump perturba o impulso do autoritarismo que se espalha pelo mundo.

4- O ressurgimento da esquerda organizada norte-americana – em especial em torno da pré-candidatura de Bernie Sanders, da eleição de diversos parlamentares e do movimento *Black Lives Matter* – forçou o *establishment* do Partido Democrata a adotar um discurso de inclusão de minorias e uma política econômica com traços neo-keynesianos. No entanto, Biden é o comandante-em-chefe de um império ameaçado e demonstra a intenção de manter uma política externa que não cederá na guerra econômico-tecnológica, política e territorial com seus rivais. Reajustes geopolíticos da magnitude dos que hoje ocorrem dificilmente se desenvolverão de forma pacífica. A ameaça de conflitos militares reaparece no horizonte.

### As resistências não param

5- O ano de 2019 assistiu a revoltas maciças em várias partes do mundo – na África (Sudão, Argélia e Líbia contra regimes ditatoriais), no Oriente Médio (como Líbano, Iraque e

Irã), na América Central e do Sul (Porto Rico, Honduras, Costa Rica, Panamá, Haiti, Equador, Chile, Colômbia e Bolívia), mas também em países asiáticos como Indonésia e Cazaquistão. Já entre 2020 e 2021, três regiões se destacam no mapa mundi das resistências: Leste da Europa (Polônia e Belarus), Ásia (Myanmar, Tailândia, Hong Kong e Índia) e América Latina. Além das mobilizações internacionais da luta feminista e da juventude pelo clima.

6- O alastramento do coronavírus não impediu que, em plena pandemia, explodisse nos Estados Unidos de Trump a rebelião antirracista mais maciça e radicalizada desde os anos 60. A força do *Black Lives Matter*, apoiado por amplos setores da juventude trabalhadora e estudantil branca, ecoou em protestos contra o racismo e a violência policial em todo o mundo e foi decisivo para a grande mobilização eleitoral que tirou Trump da Casa Branca em novembro.

### **Vizinhança em ebulição**

7- Em nosso subcontinente, as grandes lutas vividas nos últimos três anos se expressaram em vitórias eleitorais e em novos enfrentamentos. A eleição de AMLO, no México, pôs fim ao anquilosado regime do PRI. No Chile, o levante de outubro-novembro de 2019, liderado por mulheres organizadas, alcançou uma vitória histórica no plebiscito para uma nova Constituição. Os camponeses e trabalhadores bolivianos resistiram duramente a um golpe de direita e devolveram o poder ao MAS. No Peru, grandes mobilizações de jovens contra o atual sistema político obtiveram a saída de um governante golpista. Na Argentina, depois de anos de luta, as mulheres conquistaram o aborto legal. A sofrida Colômbia despertou em abril num movimento amplo de “paro nacional” que une pela primeira vez setores urbanos, camponeses e movimentos indígenas contra o governo direitista de Duque, que reage com repressão assassina. Como contratendência, a direita liberal teve vitórias no Uruguai e Equador.

### **Brasil**

8- O governo de extrema-direita de Bolsonaro é um dos bastiões do ultraliberalismo e dos retrocessos democráticos, sociais e ecológicos. Tem como objetivos aprofundar o reordenamento liberal do Estado brasileiro, destruir direitos em prol da mercantilização de todos os bens comuns, criminalizar a pobreza e a oposição política e social contra todo ativismo e resistência. É inimigo da natureza e dos povos que com ela convivem de forma sustentável. Os povos indígenas, guardiões dos nossos bens naturais, foram atacados desde o início do governo. Bolsonaro e Salles flexibilizam a legislação ambiental e incentivam crimes do agronegócio como o desmatamento e os maiores incêndios da história da Amazônia, dizimando milhões de seres animais e vegetais, avançando a fronteira do agronegócio sobre terras indígenas e quilombolas, o desmonte da fiscalização e a liberação absurda de agrotóxicos. Foi no governo Bolsonaro que se deram os desastres de Brumadinho, o vazamento de óleo nas praias do Nordeste e todo o cinismo e morosidade nas ações de combate aos efeitos nefastos à população e ao meio ambiente.

9- A pandemia modificou sensivelmente o cenário econômico, social e político no Brasil. No mês de abril de 2021, o país registrou o mês mais letal da pandemia, ultrapassando 400 mil mortes e mais de 15 milhões de infectados. É a maior tragédia humanitária da história do país desde o fim da escravização do povo negro. A pandemia segue à deriva, sem nenhum controle. Há em circulação uma nova variante do vírus, mais contagiosa e mais letal. Para

piorar, a vacinação continua em ritmo lento, muito aquém das necessidades nacionais. A tragédia de proporções bíblicas que o Brasil vive é resultado direto da política genocida e negacionista de Jair Bolsonaro.

10- Do ponto vista econômico, o PIB brasileiro caiu 4,1% em 2020— uma das maiores quedas anuais da história —, sendo que o resultado só não foi pior devido ao considerável impacto do auxílio emergencial na atividade econômica, que injetou mais de 300 bilhões de reais na economia, beneficiando mais de 60 milhões brasileiros. Porém, mesmo com o auxílio, houve aumento do desemprego (que atingiu nível recorde, chegando, no último trimestre de 2020, à taxa de 14,1%, segundo o IBGE).

11- Vale sublinhar que a crise social incide com muito mais intensidade nas camadas mais oprimidas da classe trabalhadora — negros, mulheres, os mais jovens e LGBTQIA+ —, provocando um agravamento das já abismais desigualdades brasileiras.

12- O governo Bolsonaro se enfraqueceu politicamente dentro e fora do país, perdendo apoio inclusive em um setor expressivo das camadas médias dos centros metropolitanos, que eram o esteio de sua sustentação política anterior. A ofensiva bonapartista do bolsonarismo, de viés golpista, foi contida, obrigando Bolsonaro a fazer um recuo tático significativo, que se expressou, entre outros fatos, na incorporação do Centrão na base do governo, no abandono dos atos de agitação golpista, na concessão social do auxílio emergencial até o final de 2021.

13- É tarefa central do PSOL e da esquerda lutar pela derrubada do governo Bolsonaro e munir-se de políticas unitárias antigoverno, antidireita, antimilícias através de uma frente que reúna as organizações políticas e sociais dos trabalhadores e das trabalhadoras, e todos os setores sociais explorados e oprimidos que têm estado nas lutas de resistência, em torno de um programa mínimo de enfrentamento ao governo de extrema-direita, encabeçado pela família fascista de Bolsonaro. Esta frente deve impulsionar um amplo movimento social e político, nas ruas, contra Bolsonaro e seu programa. As iniciativas unitárias do Ele Não, do Vira Voto no segundo turno de 2018, as marchas dos povos indígenas, das mulheres negras, o tsunami da Educação, o Fora Bolsonaro, os pedidos de impeachment e as marchas antirracistas, antifascistas mostraram o potencial construtivo das lutas de massas para ampliar a base de oposição ao bolsonarismo e disputar a consciência do conjunto da sociedade para enfrentar os ataques das forças reacionárias.

### **Frente única e 2022**

14- Bolsonaro, por suas pretensões autoritárias e seu caráter genocida e ecocida, precisa ser parado o mais breve possível, seja pelo impeachment ou pela cassação de sua chapa pelo TSE. Mesmo agora, em seu momento de maior enfraquecimento desde o início do governo, em nome da implementação da agenda ultraliberal no Brasil, Bolsonaro segue governando por servir aos interesses do “andar de cima” e poderá chegar a outubro de 2022 com chances de reeleição. A derrota da extrema direita é a prioridade que deve guiar as lutas populares e a definição tática a ser feita pelo PSOL nas próximas eleições.

15- O PSOL precisa dialogar com uma crescente massa anti-bolsonarista que deseja a unidade com quem estiver disposto a derrotar Bolsonaro. A melhor localização para o

partido é a que garanta que ele continue crescendo, sendo atrativo para aglutinar setores sociais em luta e resistência à ofensiva reacionária, não abrindo mão de seu programa e do que acumulou no último período, como ferramenta fundamental na reorganização da esquerda brasileira, para unificar os explorados e oprimidos em um novo bloco histórico.

16- No entanto, seria um erro se aliar com a direita tradicional para governar o Brasil, sobretudo num contexto de crise econômica aguda que um possível governo pós-bolsonaro enfrentará: um país super-endividado, ainda mais desindustrializado, com uma defasagem educacional de 2 anos, uma perda acelerada de biodiversidade e um desemprego massivo, num planeta que diminui os empregos razoavelmente remunerados e que adensa os números de violência de gênero, racial e lgbtfóbica. Diferente do ciclo das *commodities*, o contexto do próximo governo não permitirá uma política baseada no “ganha-ganha” entre as classes sociais.

17- Por isso, é urgente que a esquerda consiga finalmente se apresentar unificada em uma frente nas ruas e nas eleições para enfrentar a agenda de retrocessos do bolsonarismo. É hora da esquerda ter a ousadia de enfrentar suas diferenças e aglutinar um vasto campo social em torno de uma plataforma popular, democratizante, antineoliberal e ecológica para o Brasil.

18- Para além de nomes, a esquerda precisa dizer ao Brasil como vamos gerar empregos, retomar a economia, e ao mesmo tempo não reproduzir os erros do passado: a aposta na política de conciliação de classe e num modelo de desenvolvimento devastador, a governabilidade conservadora em aliança com a direita, o não enfrentamento dos mecanismos de reprodução da desigualdade brasileira, as negociatas com as empresas e os recuos nas pautas da negritude, das mulheres e LGBTQIA+.

19- O VII congresso do PSOL deve autorizar a direção do partido a negociar as condições políticas, programáticas, de alianças e espaço para construir uma frente de esquerda que envolva partidos e movimentos sociais. Essa orientação não descarta que, a depender do risco de reeleição de Bolsonaro e das alianças feitas pelos demais partidos de esquerda, o PSOL decida, mais à frente, apresentar uma candidatura própria. A decisão final sobre tática deve ocorrer em instância específica para o tema, a ocorrer até abril de 2022, que pode ser uma conferência eleitoral ou um diretório nacional ampliado.

20- O PSOL organizará um amplo debate de programa com a esquerda e movimentos sociais buscando a formação de um programa de ação comum sintetizado em medidas que partam da reversão dos principais ataques dos últimos anos, como a derrubada do teto dos gastos, da reforma trabalhista e previdenciária, defesa da Amazônia e do Cerrado, entre outras medidas.

21- Ainda que o PSOL decida por fazer parte de uma aliança que tenha como prioridade derrotar Bolsonaro, não faremos parte de um governo de conciliação de classes.

22- Sem organização e luta popular nas ruas e nas redes não haverá superação ao Bolsonarismo. Precisamos desarmar a ilusão de que somente por meio de alianças institucionais seremos capazes de deter o conservadorismo e a agenda ultraliberal.

## **Um programa anti-imperialista, anticapitalista, internacionalista e ecossocialista para transformar o Brasil**

23- A construção do programa deve ser um instrumento de mobilização e organização. Além de arrolar os pontos em foco para a realização das transformações necessárias, seu debate deve mobilizar o povo para lutar por sua implementação.

24- O programa deve partir da revogação das contrarreformas aprovadas a partir do golpe, e aprofundadas pelo governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro. O primeiro ponto de um programa de enfrentamento às classes dominantes é a revogação das reformas trabalhista, previdenciária e administrativa, a reversão das privatizações e da venda de ativos das empresas estatais e o fim do teto de gastos.

25- O segundo ponto deve responder aos desafios postos pela pandemia, que acentuou ainda mais a crise do sistema. Não se sabe ainda a profundidade da destruição da atividade produtiva provocada, o certo é que a ação do estado será determinante para a recomposição dos empregos e do parque produtivo. Por isso, um plano de obras públicas, centrada na infraestrutura (saneamento, fornecimento de água, habitação popular, transporte, construção e reforma de escolas, unidades de saúde e centros de pesquisa) é necessário.

26- Combater a fome para alcançar a soberania alimentar, numa articulação entre campo, cidade e floresta. Campo com reforma agrária popular e agroecológica. Cidade com implementação de hortas urbanas e espaços comunitários de cuidado coletivo: cozinhas, hortas, composteiras, tratamento de resíduos etc. E floresta com a preservação das matas para garantia de saúde e água.

27- Uma reforma urbana que integre economia local, aparatos públicos de saneamento e acesso à água, lazer, cultura e educação para proporcionar uma moradia digna e o direito a uma casa com zero tolerância aos despejos violentos perpetrados pelo Estado.

28- Como estruturantes de nosso programa, o reconhecimento do caráter estrutural do racismo, do machismo, da LGBTfobia, do capacitismo e demais opressões na formação social brasileira. São pautas centrais de um programa da classe trabalhadora, pois estruturam a desigualdade em nosso país e que devem ser assumidas pela esquerda.

29- A maioria da classe trabalhadora mais pobre e que está no centro dos processos de genocídio e precarização das condições de trabalho e vida é negra, portanto são sujeitos prioritários de qualquer processo de mudança social. Precisamos defender as políticas afirmativas e reparatórias, dando melhores condições de (r)existência, ao mesmo tempo em que apresentamos que qualquer saída definitiva ao racismo passa pelo enfrentamento ao próprio sistema capitalista que mantém e alimenta o racismo estrutural que massacra negres no Brasil.

30- Defendemos a vida das mulheres e o fim da violência doméstica, institucional, do feminicídio e de qualquer forma de opressão às mulheres. Lutamos pelos direitos reprodutivos, pelo aborto legal e gratuito. Combatemos o sistema patriarcal e a imposição do trabalho de reprodução social às mulheres, que aumentou exponencialmente durante a

pandemia. É imprescindível a construção de políticas feministas que pautem mulheres negras, indígenas, de comunidades tradicionais, periféricas, jovens, LGBTQTs.

31- Nosso dever enquanto esquerda radical é lutar pela emancipação e libertação dos LGBTQIA+. Durante a pandemia, além da prostituição, os subempregos e cargos mais precarizados geralmente são os ocupados por pessoas LGBTQIA+, o que torna essa parte da população ainda mais vulnerável. Devemos atentar à perseguição desse grupo, intensificada com o atual regime, além do aumento da violência vindo da própria população/grupos radicalizados à direita.

32- Precisamos responder à crise da segurança pública com um modelo que envolva a reorganização das polícias, com desmilitarização e controle social, com foco na inteligência; o combate ao tráfico de armas e munições e a limitação do comércio legal; o fim da guerra às drogas e a legalização do consumo como eixo de combate à criminalização da pobreza; uma política alternativa à lógica punitivista do encarceramento em massa; o fim da política de genocídio do povo negro; o investimento em prevenção ao consumo abusivo de drogas e uma política de redução de danos. Precisamos enfrentar a extrema-direita e sua onda de violência política. A exigência de quem mandou matar Marielle continua fundamental nesta luta.

33- Nosso projeto de país tem como prioridade a garantia de educação pública de qualidade com aumento de investimentos na área; respeito à laicidade do Estado e das escolas; defendendo a liberdade religiosa; a liberdade de expressão e pensamento por meio do conhecimento, cultura, arte e saberes populares e tradicionais. Defendemos que a gestão das escolas deve ser democrática, com canais abertos de comunicação com a comunidade e profissionais de educação. Defendemos 10% do PIB para educação pública.

34- Propomos um amplo investimento em ciência e tecnologia como rota de fuga para a dependência primário-exportadora e estabelecimento de um novo modelo de desenvolvimento. Uma produção científica orientada para as necessidades dos povos oprimidos e para a soberania nacional.

35- A luta por uma saúde pública e de qualidade tem como requisito a defesa do SUS 100% público com ampliação de investimentos. Precisamos impedir o desmonte do SUS exigindo melhores condições de trabalho e atendimento, criação de mais unidades de saúde e mais concursos para profissionais da área. O SUS tem tido um papel primordial na garantia da vida de milhões de brasileiros e brasileiras durante a pandemia, mas para além de investimento, o país precisa com urgência de uma política de ampla vacinação da população.

36- Para ser capaz de disputar estrategicamente os rumos da luta social, o PSOL precisa dotar-se unitariamente de um programa anti-imperialista, anticapitalista, internacionalista e ecossocialista, que invista na defesa de bandeiras democráticas. Um programa que aponte para a ruptura com o sistema atual, para uma transição que venha a substituir a sociedade de mercado por uma sociedade de produtores livremente associados. Que parta do entendimento de que o capitalismo instalou uma contradição inconciliável entre o ser humano e a natureza que só terá resposta num projeto de novo modo de produzir não predatório, não espoliador, em equilíbrio com as possibilidades do planeta. Uma plataforma

de reformas radicais e socioambientalmente justas com medidas anticapitalistas. Precisamos afirmar um projeto socialista para o Brasil.

37- A destruição ambiental, agravada no período recente, exige uma resposta capaz de inverter o vetor do desmatamento. Reflorestamento, recomposição dos biomas ameaçados e das matas ciliares, proteção das espécies ameaçadas, redução das áreas de pecuária e monocultura, assim como do uso de agrotóxicos, são medidas urgentes frente ao colapso ambiental que vivemos. Propomos um novo modelo produtivo que supere a matriz agro-extrativista, que garanta uma transição energética, com descarbonização da economia em uma política orientada para o abandono dos combustíveis fósseis. Portanto, é necessária uma verdadeira revolução nos transportes: eletrificação, universalização do transporte público e de massas combinado com locomoção ativa, e tarifa zero para todos.

38- Mas é preciso ir além, inspirados pelos movimentos indígenas que defendem a harmonia com a natureza e se referenciam em valores que colocam em xeque os paradigmas do desenvolvimento e acumulação, por um novo modelo de (en)volvimento econômico e social. Para isso, nosso programa deve exigir do governo proteção e garantias aos indígenas, quilombolas, povos tradicionais e seus territórios, por meio do papel fiscalizador da FUNAI e do INCRA. Exigimos a reestruturação e financiamento da barreira sanitária indígena criada no início da pandemia, abolida pelo governo federal. Reivindicamos a saída imediata do presidente da Fundação Cultural Palmares, Sérgio Camargo; do presidente da Funai, Marcelo Xavier e do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles.

39- Defendemos que o partido se engaje cada vez mais em campanhas de defesa da Amazônia, do Cerrado e demais biomas brasileiros e latino-americanos para barrar o modelo econômico vigente, predatório, neocolonial e exportador de *commodities*, aumentando também a articulação internacionalista com participação em conferências verdadeiramente populares como o Fórum Alternativo Mundial pela Água, *Cumbre de los Pueblos*, entre outras.

40- Existem no Brasil 4 milhões de famílias no campo sem terras, segundo o MST. No sentido oposto aos interesses capitalistas no campo, damos total apoio às ocupações de terras como única forma de garantir a distribuição das mesmas. Em acordo com os movimentos sociais do campo, devem ser privilegiadas as áreas mais próximas a cidades, a começar, dos latifúndios improdutivos.

41- Precisamos de medidas econômicas que apontem para a elevação do salário mínimo ao valor proposto pelo Dieese, atualmente avaliado em R\$5.315,74, 4,83 vezes o mínimo vigente. É nosso papel lutar pelo reajuste das aposentadorias e pensões vinculadas ao salário mínimo. Defendemos a implementação da renda básica permanente durante a pandemia, uma forma de proteção social com efeitos imediatos sobre a redução da pobreza e da fome no momento em que vivemos.

42- Controle do sistema financeiro: defendemos uma ampla taxação de grandes fortunas, ganhos de capital e um controle social sobre o sistema financeiro. Estatização do sistema

financeiro como medida transitória para o fim definitivo do mercado de capitais. Acabar com a DRU no Brasil. Reformular a lei de responsabilidade fiscal.

43- Defendemos a plena participação do povo através de processos consultivos e plebiscitários, dando poder real para as maiorias sociais em uma democracia direta e transparente. Mas o momento em que vivemos é de aberto retrocesso democrático. É necessário lutar contra qualquer retrocesso autoritário que possibilite o ataque aos povos oprimidos e suas representações através de ataques aos direitos democráticos e sociais estabelecidos na Constituição de 1988.

44- Devemos fazer a defesa de uma política externa que rompa com os interesses imperialistas, que seja autônoma, democrática e soberana. Nossa soberania nacional não pode se pautar no desenvolvimentismo liberal, mas sim buscando um modelo alternativo de desenvolvimento frente à crise ecológica global; como também deve se pautar na cooperação do Brasil com o sul global.

### **PSOL semente para a esquerda brasileira**

45- Não há contradição entre construir uma frente única no movimento e fortalecer o PSOL como alternativa anticapitalista, ecossocialista, feminista, antirracista, anticapacitista, anti-LGBTfóbica e de luta. Para que semeemos a ideia de um novo projeto de esquerda, que supere o projeto petista de conciliação com os ricos e poderosos e a lógica dos governos de coalizão fisiológica, é preciso que o PSOL dispute qual é a melhor orientação, caso a caso, dentro das frentes e unidades de ação.

46- Crescemos 19% em filiados entre os meses de janeiro e novembro de 2020. Isso é fruto da nossa notável combatividade por meio de nossas campanhas em defesa dos trabalhadores, mulheres, população negra, indígenas e povos tradicionais, meio ambiente; do trabalho de nossos parlamentares; e da luta junto aos movimentos sociais e populares. Um outro resultado exitoso se mostra pelo nosso desempenho nas eleições de 2020.

47- O PSOL elegeu 89 mandatos no legislativo municipal espalhados pelas cinco regiões do Brasil, ocupamos e fortalecemos as Câmaras Legislativas de norte a sul do país. Entre nossos eleitos, 40% são mulheres, quase a metade negros e negras, além de 4 mandatos encabeçados por mulheres trans e outros 9 mandatos coletivos.

48- Para que sejamos uma ferramenta política útil à reorganização da esquerda brasileira é preciso que sejamos financeiramente independentes, que não aceitemos um tostão de setores empresariais, nem direta, nem indiretamente por meio de organizações sociais que animamos. Instituições como o RenovaBR e suas semelhantes também devem ser terminantemente afastadas de nossa militância, uma vez que sua nítida tática de infiltração na esquerda revelam o interesse em incorporar a perspectiva neoliberal em nosso partido.

49- É preciso que o partido se mantenha plural, tenha dinâmica e organicidade, com núcleos de base em funcionamento permanente e uma direção que os escute e não seja todo-poderosa. A imperiosa unidade para enfrentar o inimigo requer um ambiente interno unitário, plural e democrático. Somente um ambiente assim será atrativo às novas camadas de ativistas. É preciso criar mecanismos de transparência e decisão democrática.



50- A nossa defesa de partido, além de passar por um programa que não se permita à conciliação de classes, adesão e alianças orgânicas às classes dominantes, locais ou nacionais, passa também por uma prática de um partido vivo e militante, com trabalho de base, onde a militância do partido tenha espaço real de participação. Propomos as seguintes iniciativas para democratizar a estrutura e o funcionamento partidários:

a) Diretórios Nacionais e estaduais obrigatoriamente trimestrais; Executivas nacionais mensais e as estaduais, quinzenais.

b) Funcionamento regular das instâncias setoriais nos mesmos moldes das instâncias nacionais e estaduais, com apoio político, financeiro e estrutural da direção nacional. Efetivação dos 5% do fundo partidário para financiamento do Setorial de Negres, conforme deliberado no congresso de 2015;

c) Campanha nacional para dar organicidade aos núcleos de base do partido, orientando todas as pessoas filiadas a se nuclearem, na busca do enraizamento social, autofinanciamento e melhor intervenção do partido na luta social;

d) Revisão do critério de filiações partidárias, com o fim de entrega de listas que não passem pelo crivo dos diretórios estaduais e das que constam de forma interna após os prazos formais;

e) Gestão compartilhada, entre todas as chapas representadas na direção, dos fundos setoriais e do fundo partidário como um todo, com prestação de contas periódicas à base.

f) Gestão compartilhada e democrática, entre todas as chapas com representação na direção, da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco e seus recursos, com prestações de contas periódicas das atividades e despesas. Paridade de gênero na FLCMF. Efetivar na Fundação, seus conselhos e comissões, a resolução do Congresso de 2015 que garante 30% (no mínimo) de negras e negros nos organismos diretivos do partido. Dar conhecimento da pauta da Revista Socialismo e Liberdade à Executiva Nacional e garantir um funcionamento da comissão de redação que possibilite a participação de, ao menos, metade mais um de sua composição.

g) Autonomia política e organizativa dos setoriais, sem qualquer intervenção desde que se mantenham nos marcos do programa e das resoluções partidárias.

h) Participação permanente dos parlamentares nas instâncias dirigentes do partido. Para melhor articulação entre as instâncias do partido e a bancada parlamentar federal, participação permanente da liderança da bancada federal nas reuniões da Executiva Nacional. Boletim mensal da bancada federal à base partidária.

51- O crescimento do PSOL e da sua influência real na sociedade brasileira, por um lado, e a ascensão de movimentos e discursos de ódio e com orientação neofascista e a associação destes com grupos armados, como grupos milicianos, têm trazido à tona a dura realidade de termos no PSOL cada vez mais figuras públicas, parlamentares ou não, e ativistas dos movimentos sociais sofrendo ataques que tem ido além de discursos de ódio

nas redes e nas ruas, chegando a situações de planejamento de ataques físicos e até mesmo assassinatos. Se não havíamos como prever o ataque que levou ao assassinato da companheira Marielle Franco, temos agora que fazer um forte investimento partidário para preservar a vida e militância de nossos camaradas. Por isso propomos:

- a) Criação de uma política nacional de defesa e segurança militante do PSOL, a ser formulada pela Executiva Nacional do partido com o auxílio de profissionais especializados na área de segurança;
- b) Criação de uma Secretaria de Segurança militante na Executiva Nacional do PSOL, tendo o acompanhamento de uma Comissão permanente desta instância para operacionalizar esta política;
- c) Recomendação de que as bancadas parlamentares lotem em suas estruturas profissionais que possam assessorar o partido nas políticas de segurança e defesa de nossos quadros partidários.
- d) Formulação de uma agenda de proposições na área da prevenção à violência envolvendo as esferas nacional, estaduais e municipais para proposição de políticas a fim de disputar a pauta numa perspectiva de garantia de direitos, efetivo controle democrático e transparente das polícias, valorização das carreiras, garantia das investigações, desmilitarização, e diminuição do caráter ostensivo da segurança pública no Brasil.